

A Constituição dos Saberes sobre a Sexualidade em Diferentes Perspectivas de Análise

Fabiola Rohden

Introdução

O objetivo deste trabalho é apresentar criticamente a produção teórica originada nas décadas de 1980 e 1990 acerca da constituição dos saberes sobre sexualidade. Uma série de estudos importantes tem surgido com o intuito de demonstrar como a conformação de distintos ramos do pensamento científico, preocupados com a diferença, definida em termos de “sexo” ou de “raça”, por exemplo, são fundamentais para se compreender os grandes debates políticos da modernidade. A preeminência dada ao biológico, especialmente pela medicina, seja para tratar de “sexo”, ou mesmo de “raça”, tem sido a base de muitas discussões em torno da questão do igualitarismo. Estudar a constituição dos saberes sobre o sexo é, portanto, também uma forma bastante frutífera de se caminhar na direção de uma compreensão mais profunda a respeito da nossa sociedade.

Serão apresentadas inicialmente as principais linhas e influências que caracterizam os estudos que têm se dedicado ao tema. Em seguida, uma breve ilustração centrada nos exemplos da psicanálise, sexologia e ginecologia servirá para evidenciar o conteúdo das análises em questão. Por último, traz-se à tona o problema da elaboração da noção de diferença sexual. É em torno desta categoria que se podem perceber os grandes dilemas políticos e os desafios teóricos que a preocupação em torno do sexo revela.

Duas Perspectivas em Cena

Tem surgido, nas últimas décadas, uma produção mais significativa sobre sexualidade nas ciências humanas. Especialmente a antropologia e a história têm se dedicado mais assiduamente ao tema, focalizando, sobretudo, a configuração de um novo modelo de sexualidade e de uma nova noção de diferença sexual, constituídos a partir do final do século XVIII. O pano de fundo dessa produção são as grandes transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas após a Revolução Francesa. Embora compartilhem muitas características, uma análise mais cuidadosa desses trabalhos torna evidente variações importantes, as quais devem ser consideradas. Para efeito de contraste analítico, identifiquei duas linhas principais, que têm tratado de investigar os temas do gênero e da sexualidade, com destaque para o período que vai das grandes transformações (ou pelo menos da revolução de idéias) ocorridas no final do século XVIII até a passagem do século XIX para o século XX.

A primeira é de trabalhos, em sua maioria produzidos na década de 1980, predominantemente por historiadores franceses, que mostram, por meio dos mais diferentes enfoques, a maneira como que se davam as relações de gênero. Descrevem valores e atitudes relacionados à sexualidade ou, mais freqüentemente, narram diferentes aspectos

da “história das mulheres”, como é o caso de Laget (1982), Knibiehler e Fouquet (1983), Gélis (1984), Thébaud (1986) e Fäy-Salloy (1997). Laget (1982) apresenta uma extensa discussão em torno do nascimento e do parto, principalmente nos séculos XVII e XVIII na França. Gélis (1984) também estuda o nascimento no ocidente moderno entre os séculos XVI e XIX, considerados por ele os quatro séculos decisivos para a história das mentalidades. Thébaud (1986) trata de um período bem mais circunscrito e recente, problematizando o tema da valorização da maternidade na França no entreguerras. E o estudo de Fäy-Salloy (1997) mostra como a indústria das amas-de-leite foi alvo de um ataque severo por parte dos médicos na Paris do século XIX.

O livro pioneiro de Knibiehler e Fouquet (1983) é exemplo paradigmático dessa linha de trabalhos. As autoras partem da evidência de que, independente da época ou local, a medicina raramente se preocupou em definir o ser feminino. Nem todas as sociedades trataram com a mesma importância e significação o corpo, especialmente o corpo feminino. E nem sempre o progresso do conhecimento assegurou o surgimento de explicações sobre ele. Mais do que isso, era necessário construir interpretações mais amplas, que fossem passíveis de aceitação em determinados momentos históricos. Para Knibiehler e Fouquet, “o condicionamento do destino feminino pelos médicos” é um fenômeno de longa duração e que tem como principal passagem a transição entre uma definição religiosa e uma definição médica da mulher, entre o estereótipo da pecadora e o da reprodutora. Embora, durante muito tempo, os médicos tenham ficado distantes das “partes vergonhosas” e do parto, à medida que ampliavam a sua missão de defesa da vida, foram sendo levados a ver no corpo feminino a

peça central da reprodução humana, e é assim que a mulher torna-se digna de seus cuidados. Mais do que a Igreja, foi a medicina, caucionada pela ciência, que promoveu a “redução” da mulher à maternidade (Knibiehler e Fouquet, 1983, pp. 8-10).

Essa história de longa duração é iniciada com as revelações dos papiros egípcios de Kahun (em torno de 1900 a.C.) e de Ebers (1550 a.C.) para chegar até o século XX. São destacados marcos importantes da ciência e da medicina ocidental, como Hipócrates, Platão, Soranus de Éfeso, Galeno. A Idade Média e o enfraquecimento da medicina laica são objeto da seqüência da análise, que passa pelos “avanços” importantes do século XVI e pelo impulso tomado pela medicina ligada à mulher na passagem do século XIX para o XX. Para as autoras, o desenvolvimento da medicina nos últimos séculos está ligado a um longo processo de valorização da família e do casamento já iniciado no século XIV e que tem como consequência o retraimento de disposições que permitiriam alguma possibilidade de autonomia, como o direito de exercer uma profissão, assinar contratos, gerir seus próprios bens. A mulher cada vez mais é encerrada no domínio do casamento e da família, pensamento este para o qual contribui a medicina, na medida em que corrobora o pudor e a obediência como valores femininos por excelência (Knibiehler e Fouquet, 1983, pp. 79-80).

Nessa análise, o foco central é a mulher, ou mesmo a “condição feminina” diante do “poder médico”. Assim como em outros trabalhos dessa corrente, as preocupações giram em torno de dar visibilidade a práticas, atitudes e valores da vida privada, do universo cotidiano e da relação com os saberes e poderes institucionalizados até então desconsiderados. A sexualidade e principalmente os saberes produzidos à sua volta passam a fazer parte dessas investi-

gações ainda prioritariamente em função da referência à reprodução. Apesar dessa produção ter contribuído para dar legitimidade científica ao tema e ter descortinado um conjunto de informações muito significativas, não se avançou muito na direção de ver a sexualidade como um foco central para o estudo das sociedades, ou seja, como uma categoria analítica importante.¹

A segunda linha de trabalhos aqui considerada se refere a um conjunto de obras, produzidas em sua maioria por pesquisadores de origem anglo-saxã, com formações as mais variadas, publicadas principalmente a partir da década de 1990, e que discutem a natureza das relações de gênero e mesmo o tema da essência ou construção do sexo e do gênero, ao lidar com objetos históricos mais específicos.

Destaca-se o trabalho de Laqueur (1992), que tem se tornado um autor fundamental no campo porque discute diretamente a nova ênfase na diferença sexual. Segundo ele, até o final do século XVIII, o que preponderava era o modelo, herdado dos gregos, da existência de apenas um sexo. Segundo as pistas de Galeno, pensava-se que homens e mulheres tinham origem em um tipo único de embrião que, dependendo da quantidade de calor e nutrição recebidos durante a gestação, se transformava num homem (e aí havia a externalização dos órgãos sexuais) ou numa mulher (os órgãos sexuais permaneciam internos). O fundamental é que se tratava de uma diferença de grau, de uma hierarquia entre os gêneros. Mas, a partir do final do século XVIII, nota-se a ocorrência de um outro modelo, que enfatizava a diferença radical entre os sexos, pela sua própria natureza. A partir daí, não se está mais no plano de uma diferença em termos de grau, mas da qualidade constitutiva da matéria, da biologia que vai embasar o novo dimorfismo sexual.

Segundo Laqueur (1992), as raízes dessas mudanças são muitas, destacando-se, porém, uma de cunho epistemológico (o rompimento com a grande cadeia do ser e seu princípio hierarquizante), com a observação dos “fatos” determinantes da biologia. Outra raiz importante são as mudanças políticas advindas com a Revolução Francesa que, pelo menos em termos de ideologia, rompiam com as antigas hierarquias transcendentais. No plano concreto, a sociedade produziu formas de assimilar essas mudanças, que caminharam em uma direção distinta da orientação igualitária original, ou seja, as novas fontes serviram para legitimar as hierarquias sociais a partir dos supostos dados da natureza. Os saberes médicos teriam fornecido as bases para se reconstituir as diferenças entre os sexos e mesmo entre as “raças”.

Na mesma linha de Laqueur, Schiebinger (1987), ao estudar a descoberta das especificidades do esqueleto feminino, dá um exemplo bastante interessante de como a anatomia é moldada por circunstâncias sociais. É no contexto da tentativa de redefinição da posição da mulher na sociedade europeia do século XVIII que surgem as primeiras representações do esqueleto feminino, provando que os interesses da ciência não são arbitrários, uma vez que focam partes do corpo politicamente significantes. É o caso da afirmação de que a mulher tem um crânio menor, consequentemente menos capacidade intelectual e, portanto, menos condições de participar dos domínios do governo, comércio, educação, ciência. Ou, então, da constatação de que ela tem a pelve maior, o que prova que é naturalmente destinada à maternidade. Durante os séculos XVIII e XIX, a ciência cada vez mais evidenciaria que a natureza humana não é uniforme, mas se diferencia de acordo com idade, raça e sexo.² Assim como Laqueur, Schiebinger conclui que não

é apenas uma questão de desenvolvimento científico, pois a anatomia já dissecava corpos de mulheres, e mesmo assim as diferenças não eram salientadas. Os anatomistas explicavam as diferenças que percebiam como meramente externas, sem grande importância, porque não chegavam às estruturas mais profundas.

Moscucci (1996) considera essas questões especificamente em relação ao surgimento da ginecologia na Inglaterra, no século XIX. A autora sustenta que a constituição desse ramo da medicina está atrelada à crença de que o sexo e a reprodução são mais fundamentais para a natureza da mulher do que do homem. A passagem pela puberdade, gravidez, menopausa afetaria a mulher de tal maneira que não há equivalentes no caso masculino. E é a partir dos papéis diferenciados na reprodução que se prescrevem papéis sociais muito distintos para homens e mulheres. Os primeiros, mais apropriados para as atividades no mundo público, do trabalho, polícia e comércio, enquanto as segundas prestam-se às atividades na esfera privada da família, como mães e esposas.³

Russett (1995) também trata, de modo semelhante aos autores precedentes, daquilo que os homens das ciências e das letras convencionaram chamar a “questão da mulher” no mundo anglo-americano do século XIX. A diferença é que essa autora tenta se aprofundar nas hipóteses sobre que fatores teriam contribuído para a criação de uma ciência das naturezas feminina e masculina e das diferenças entre homens e mulheres. Uma série de desenvolvimentos científicos e sociais teria convergido para a possibilidade e a urgência dessa ciência, a começar pelas mudanças no papel das mulheres que vinham ocorrendo especialmente na segunda metade do século. Ao mesmo tempo, o estudo científico sobre a humanidade, incluindo as divisões de classe, nação e raça, tomava

impulso. A biologia passava por grandes transformações, com destaque para a teoria evolucionista que iria impregnar também outras disciplinas. Elaboravam-se diversas formas de classificação dos indivíduos, enfatizando a diferenciação e a hierarquia. Dentre essas formas, o sexo e o gênero se constituíam em dois dos grandes temas de interesse da época, pois evidenciavam a relação do ser humano com a natureza. Os cientistas, preocupados com esses assuntos, também eram motivados pelos movimentos de reivindicação de direitos tanto dos negros como das mulheres. Grandes mudanças estavam ocorrendo no universo feminino: as mulheres mais pobres tendo de trabalhar nas fábricas e as mais ricas querendo sair da reclusão do lar. Com isso, os meios contraceptivos começavam a se fazer mais presentes; e alguns grupos feministas promoviam campanhas pelo voto, educação e trabalho femininos.⁴ Na opinião da autora, as alterações nas funções ocupadas pelas mulheres passaram a ameaçar a ordem social estabelecida, tanto na vida doméstica como cotidiana. Os cientistas teriam respondido a isso com um detalhado exame das diferenças entre homens e mulheres que justificariam seus distintos papéis sociais tradicionais (Russett 1995, pp. 1-10).⁵

Jordanova (1989) enfatiza como a associação entre mulher e natureza tem sido historicamente persistente e pervasiva. Isso porque natureza, cultura e gênero têm servido para expressar o desejo por clareza em áreas instáveis e problemáticas. Daí a importância de dicotomias ou de características oposicionais como formas fundamentais de a cultura organizar o mundo. Essas dicotomias, não apenas homem-mulher ou natureza-cultura, mas também campo-cidade, matéria-espírito, corpo-mente, público-privado, dentre outras, têm uma história particular, relacionam-se entre si e se trans-

formam com o passar do tempo, demonstrando que não se trata de simples hierarquias lineares ou estáticas. Frequentemente, o que provoca maior interesse, especialmente na ciência, é a possibilidade de os limites tornarem-se vagos ou fluidos (Jordanova, 1989, pp. 19-37).

Kent (1990) chama a atenção para como a associação da mulher com a natureza e do homem com a cultura, presente no discurso científico da época, implica uma relação de desvalorização da primeira. Os homens representariam aquilo que é produto da consciência e ação humanas, como sistemas de pensamento e tecnologias, que agiriam e tentariam controlar a natureza, representada pelas mulheres. Considerando que a tarefa da cultura é superar a natureza, só haveria lugar para a subordinação feminina. Essa distinção também está fundamentada na idéia de que a mulher está mais diretamente envolvida com a vida da espécie, com a reprodução, em contraste com a fisiologia do homem, que o deixa mais livre para que possa se dedicar aos empreendimentos da cultura. Para os médicos do século XIX, havia uma constante preocupação com a manutenção de limites claros entre essas duas arenas, colocada a partir da possibilidade de entrada da mulher no mundo intelectual, do trabalho e da política, que implicaria a sua masculinização. A esfera do trabalho era vista como particularmente importante. Por isso, as mulheres que abdicavam do papel de mãe e esposa em prol de uma profissão teriam sido tão estudadas pelos médicos e muitas vezes definidas como doentes. Em suma, as grandes mudanças na ordem social, política e econômica do século XIX faziam dessas distinções – mulher-natureza e homem-cultura – argumento de grande relevância para o discurso científico (Kent, 1990, pp. 24-59).

Matus (1995) aprofunda essa discussão, problematizando o uso da categoria nature-

za pela ciência e sua relação com o gênero. A autora lembra que os textos que prescreviam relações sociais baseadas nas diferenças recorriam a fundamentos científicos que, por sua vez, dependiam de algumas suposições sobre gênero. Privilegiando esse cruzamento, torna-se possível questionar o argumento de que o sexo biológico é a base sobre a qual se assenta a estrutura de gênero. Os estudos feministas têm enfatizado a diferença entre sexo (diferença anatômica) e gênero (a organização social da diferença culturalmente variável), uma distinção que permitiria mostrar como os comportamentos são socialmente construídos e mutáveis. Mais recentemente, alguns autores, como Judith Butler, têm argumentado que o sexo é também uma construção cultural. Nesse caso, a distinção entre sexo e gênero estaria comprometida. Qualquer discussão que tome algum desses termos como pré-discursivo ou trans-histórico seria problemática. Matus parte desse debate para mostrar que a distinção entre sexo e gênero nos ajuda a perceber como a diferença entre natureza e cultura é sempre decorrente da cultura. Para os vitorianos, a categoria natureza era objeto de considerável disputa cultural. E a luta para manipular as distinções entre natureza e cultura era parte fundamental do discurso sobre a sexualidade. Os cientistas vitorianos citavam as diferenças sexuais como base para as relações sociais, assim como investiam na representação daquelas diferenças como naturais (Matus, 1995, pp. 1-8). A autora também argumenta que, apesar de a diferença sexual ser entendida como natural ou condição biológica pré-dada, ela é, ao mesmo tempo, concebida como instável e precária, adquirida na puberdade mais do que manifestada no nascimento. A idéia de transitividade sexual permitiria reivindicar maior atenção ao que as condições sociais poderiam fazer com as provisões que a natureza fornecera (Matus, 1995, pp. 10-5).

A Produção Centrada na Sexualidade e suas Influências

De modo geral, uma característica comum a esses trabalhos é a percepção de que o gênero se constitui em categoria fundamental para o entendimento de qualquer sociedade e para a compreensão de uma sociedade como um todo. Ao se falar de sexo e gênero, está se falando da lógica de funcionamento de dada sociedade, independente do evento ou faceta enfocada. Ou seja, é também por meio do estudo da sexualidade que se pode entender uma sociedade. Nesses textos, a principal questão colocada se refere à própria natureza dos processos que deram origem à construção da sexualidade, tal como é entendida no mundo ocidental moderno. Nesse sentido, as concepções sobre sexualidade, presentes nos saberes científicos, são chaves para o acesso a um conjunto mais amplo de idéias do pensamento ocidental, notadamente as oposições entre natureza e cultura, sexo e gênero, masculino e feminino.

Essa abordagem mais recente, que em muito se inspirou nos trabalhos produzidos pelos historiadores durante a década de 1980, tem algumas influências marcantes. A primeira delas é a obra de Michel Foucault (1988, 1994), que teve grande impacto nesse campo, não somente por ter redirecionado os estudos sobre sexualidade, mas também por ter inaugurado uma nova maneira de lidar com a história. Dentre os pontos comuns que se remetem a Foucault estão a necessidade de perceber a construção social das idéias e práticas em torno do sexo e a consideração dos eventos como processos a partir de suas múltiplas e infinitas causas.⁶

A segunda influência significativa desse campo é a chamada crítica feminista da ciência, que tem levado a um aprofundamento das discussões epistemológicas. Essas discus-

sões se traduzem não só no debate em torno da possibilidade de se fazer uma ciência menos marcada por uma determinada hierarquia de gênero (o que faz com que se discuta a própria natureza da produção atual) como também em uma abordagem que problematiza mais acentuadamente o estudo dos registros históricos ou, particularmente, a história da ciência – campo privilegiado dos estudos de gênero nos últimos anos.⁷ Ao ter que historicizar as características de gênero nas ciências, a crítica feminista pôs em evidência a relação entre as representações sociais em torno da sexualidade e os novos desenvolvimentos científicos nos últimos séculos – o que tem contribuído para as investigações dos saberes sobre a sexualidade.

A terceira influência ou marca desse conjunto de trabalhos é a relevância que dão à perspectiva antropológica. Algumas idéias ilustram essa escolha, como a noção de “fato social total” e a idéia de que a sexualidade não pode ser entendida como um domínio autônomo, mas como parte de um “todo” social mais amplo. É somente através da consideração da totalidade dos fenômenos sociais, em suas múltiplas dimensões e de sua inserção em contextos e em totalidades mais amplas, que se pode chegar a um entendimento mais profundo da sociedade (Mauss, 1974). Uma segunda idéia que aparece é a de que a sexualidade é uma categoria “nativa” do mundo ocidental moderno, que, nesse sentido, precisa ser estudada. O fundamental aqui é perceber como se deu o processo que levou à sua elaboração e também o que ela representa enquanto uma categoria importante para essa sociedade. É desnecessário dizer que a comparação antropológica é imprescindível para a desnaturalização desse tipo de categoria. Uma outra idéia que permeia alguns textos se refere ao fato de que a sexualidade só pode ser entendida se relacionada a noções mais amplas –

como a dicotomia “natureza-cultura” – e ao contexto de representações em torno do sexo e do que é suposto sobre ele. Aqui também a visão antropológica que procura discutir a própria validade supostamente universal da oposição natureza-cultura tem trazido contribuições significativas.

Estudos como os de Jordanova (1989), Laqueur (1992) ou Matus (1995), para citar apenas alguns, têm como pano de fundo, para analisar a história da ciência, da medicina ou da literatura, a forma com que a sociedade que estudam lida com a elaboração da dicotomia natureza-cultura. Saber de que maneira, o quê e por quem é definido o que é da ordem da natureza ou da ordem da cultura é fundamental para se discutir como se constrói a relação entre sexo e gênero. No caso de Laqueur, a hipótese de que também o sexo é uma construção que tem um determinado percurso histórico na sociedade ocidental é, certamente, bastante eficaz ao produzir novas indagações não somente restritas ao plano da construção do gênero.⁸ Esse exemplo mostra que estamos muito longe de um tipo de história mais tradicional. O objetivo não se limita a produzir um conhecimento sobre como as coisas eram em um determinado momento e lugar, mas sim trazer subsídios para se pensar na “manipulação” que cada sociedade faz de determinadas categorias centrais para sua organização.

A junção de diferentes influências tem tornado o campo de estudos em torno dos saberes sobre sexualidade cada vez mais interdisciplinar, marca de suas principais contribuições. Pode-se afirmar que esses trabalhos, centrados no estudo histórico do par sexo-gênero, têm se caracterizado por flexibilizar os recortes dos temas e objetos, por promover uma preeminência da relacionabilidade e por buscar a totalidade do entendimento, além de realizarem uma crítica mais radical das fontes.

Uma História dos Saberes

Há consenso, nas principais referências, de que a história da sexualidade é, na verdade, a história dos discursos sobre a sexualidade, conforme já havia apontado Foucault. Desses discursos, fazem parte os vários saberes científicos que tornaram o sexo objeto de estudo e reflexão.

Até o século XIX, como aponta Weeks (1999), a sexualidade estava restrita aos domínios da moral e da religião. Contudo, no decorrer desse século, ela passa a chamar a atenção de uma série de estudiosos, principalmente da área médica. Com isso, no começo do século XX, já estavam de alguma forma mais consolidados três saberes fundamentais e bem ilustrativos dos interesses das ciências pelo sexo: a psicanálise, a sexologia e a ginecologia.

Quanto à psicanálise, Freud vai ser um marco nesse campo, uma vez que foi por meio de sua obra que a sexualidade passou cada vez mais a ser vista como um domínio legítimo, tanto do ponto de vista dos estudos em si como pelo fato de considerar o indivíduo e suas funções. É com a psicanálise que a sexualidade ganha o estatuto de domínio fundamental para a saúde individual. Surge a preocupação em procurar entender a sexualidade e “gerenciá-la” no sentido de sua melhor realização. Uma significativa contribuição dos estudos do psiquismo humano foi a introdução da sexualidade no plano do simbólico via o referencial mental ou psicológico do indivíduo. Essa nova abordagem já distanciava a sexualidade do plano exclusivamente biológico.

Não se pode deixar de lembrar que a psicanálise também colaborou para definir os parâmetros do que seria considerado “normal” e “anormal” em termos de sexualidade, como sugeriu Foucault (1988). Nesse último ponto, a psicanálise não deixa

de se aproximar da ginecologia, como veremos mais tarde, e da sexologia. Certamente, esses três saberes variaram muito no decorrer do tempo e, mesmo internamente, dependendo dos autores ou correntes consideradas. Mas, enquanto um nódulo inicial e central, a perspectiva vinculada à “normalização” da sexualidade foi fundamental.

Na sexologia, isso ocorreu com a institucionalização da heterossexualidade e da homossexualidade a partir das últimas décadas do século XIX. Embora a primeira utilização do termo homossexual, pelo escritor austro-húngaro Karl Kertbeny em 1869, não tivesse esse direcionamento, a palavra passou a ser usada para definir os “anormais” em termos de sexualidade. Desde a década de 1870, autores como Krafft-Ebing, Havelock Ellis e Magnus Hirschfeld, com ênfases e teorias variadas, ajudaram a construir os primórdios da sexologia, tendo como central a questão da “normalidade/anormalidade” (Weeks, 1999).

Diante de um clima social mais geral, em que casos públicos, escândalos e processos envolvendo os ditos homossexuais vinham à tona, um novo campo de estudos se impôs. Porém, como bem demonstrou Weeks (1999), a nova percepção em torno de uma pessoa homossexual (e não simplesmente a consideração das práticas ditas homossexuais) teve também efeitos inesperados, como maior visibilidade dos homossexuais, uma potencial discriminação de seu comportamento, a configuração de uma nova identidade e novas possibilidades de organização política.

No século XX, a sexologia prossegue em diferentes direções em busca do entendimento da sexualidade. Não se pode deixar de citar a busca pelos hormônios da diferença sexual que ganha fôlego nas décadas de 1920 e 1930. Ou, então, o grande espaço que a “quantificação” dos comportamentos

sexuais passa a merecer a partir de meados do século, com a publicação das pesquisas do casal Kinsey, nos Estados Unidos.

Histórica ou tradicionalmente, os estudos costumam enfatizar, na história da sexologia, a centralidade da preocupação com a “perversão” e especialmente com a homossexualidade masculina. Quanto às mulheres, estas também eram observadas, aparentemente de forma secundária. E, no caso delas, menos do que a homossexualidade, o foco era o “excesso sexual”, o desejo exagerado, que podia levar a distintas formas de adoecimento e principalmente à loucura.

Nesse campo, no qual as mulheres eram mais visadas, os sexologistas disputavam com outros estudiosos, como os “alienistas” (que focalizavam os distúrbios da sexualidade feminina no “mental”), os neurologistas (que buscavam as razões das doenças no sistema nervoso), e os ginecologistas (que se dedicavam ao funcionamento dos órgãos reprodutivos).

Sem dúvida, é possível dizer que estes últimos conseguiram ir mais longe nas pressões de entendimento e administração da sexualidade feminina, talvez porque contassem com um recurso radical e supostamente definitivo: a cirurgia. A ginecologia surge no começo do século XIX como um ramo eminentemente cirúrgico da medicina, destinada a extrair os grandes males do corpo feminino (Moscucci, 1996). Quando, finalmente, ela ascende ao estatuto de especialidade reconhecida e prestigiada, nas últimas décadas desse século, não foi meramente pelos seus avanços na cirurgia. Mais do que o estudo do funcionamento dos órgãos genitais ou reprodutivos da mulher e do tratamento de suas doenças, a ginecologia se tornou uma verdadeira ciência da diferença sexual (Rohden, 2001).

Era comum nos dicionários médicos ou enciclopédias do período, e mesmo posterior-

mente, a ginecologia ser definida como a ciência ou estudo da mulher, sem maiores explicações. Parecia natural que a mulher, o “eterno outro”, ou “o sexo”, como costumava ser definida, necessitasse de uma ciência específica que desse conta de entendê-la. Poderia se supor que não houvesse nada de interessante nisso se também houvesse uma ciência do homem. Mas nada comparável havia. A andrologia, por exemplo, só se desenvolve no século XX e, mesmo assim, nunca adquiriu o estatuto da ginecologia. A medicina tratava e estudava o homem, mas não por sua “especificidade sexual”. Mesmo com a grande atenção que é dada às doenças venéreas, originando um campo de estudos chamado sifilografia,⁹ está-se tratando de males que vêm de fora, externos à natureza do homem, que não fazem parte de sua constituição.

É também perceptível esse tratamento diferenciado na produção médica brasileira. Por exemplo, do total de teses produzidas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, desde o seu início até 1940, 22% delas, cerca de 1.600 títulos, apresentam temas relacionados a sexualidade e reprodução. O mais curioso, contudo, é que apenas 56 delas se referem a doenças no aparelho reprodutor masculino; além de aproximadamente uma centena de outras com foco nas doenças venéreas. Nada comparável ao grande e persistente interesse no corpo feminino (Rohden, 2001).

Ao se analisar o conteúdo desses trabalhos, nota-se neles uma grande necessidade de enfatizar a diferença entre os sexos, expressa, sobretudo, na associação entre mulher e reprodução. A capacidade procriadora da mulher a diferencia profundamente, e em todos os seus aspectos (físico-anatômico, mental ou psíquico, moral, temperamental), do homem. A reprodução é considerada sua principal e mesmo única função na sociedade. Por isso, todas as perturbações

relacionadas a essa função são vistas como potencialmente perturbadoras da própria ordem social e por isso são tão visadas. É importante dizer que essas perturbações abrangem fenômenos de ordem bastante singular, como o “excesso sexual”, o uso de métodos de controle de natalidade, a masturbação etc. Categorias como a da mulher histérica ou da ninfomaníaca são descritas pelos ginecologistas por meio dessa conexão entre desordens nos órgãos genitais, loucura e sexualidade anormal.¹⁰

Esse quadro geral também aparece em outros contextos, como ilustram trabalhos sobre a Europa e os Estados Unidos. A grande questão que se coloca é a razão dessa grande ênfase da medicina na sexualidade e, mais especificamente, na delimitação das diferenças entre os sexos.

A Problemática Diferença entre os Sexos

Vários autores têm insistido que o período que vai do fim do século XVIII até a passagem para o século XX é palco de profundas alterações no que se refere à sexualidade. Para Foucault (1988), essas mudanças são concomitantes à transformação da “sociedade de vigilância ou controle” para a “sociedade disciplinar”, na qual a regularização dos corpos individuais se junta ao controle do comportamento das populações, ao mesmo tempo que há o desenvolvimento de uma nova atenção e percepção do indivíduo sobre si mesmo, gerando um novo interesse pela sexualidade. Nesse quadro em que o “dispositivo da aliança” deu lugar ao novo “dispositivo da sexualidade”, algumas figuras passaram a ser cada vez mais visadas, enquanto representativas dos novos perigos que se queria evitar: a mulher histérica, a criança que se masturbava, o casal que usava métodos para

controlar artificialmente sua fecundidade, e o perverso, sobretudo o homossexual.

O trabalho de Laqueur (1992) tem sido reconhecido como um passo importante no escrutínio do processo que levou à conformação do que na modernidade considera-se como a diferença fundamental entre os sexos. Sem dúvida, os dados recolhidos na ciência médica evidenciam certa obsessão pela distinção entre homens e mulheres e mostram como essa distinção é inscrita no domínio da biologia. Contudo, vale ressaltar que, apesar de evidente na biologia ou dada na natureza, a diferença sexual era também concebida com instável e perigosa e, por isso, merecia atenção e vigilância constantes. Algumas pistas, como o vocabulário utilizado pelos médicos, uma suposta semelhança física e mental entre homens e mulheres na infância e, sobretudo, o medo de que “ambientes civilizados e modernos” pudessem destruir a natureza precisam ser considerados, pois dão a entender que o grande problema, para esses estudiosos, era o perigo de que as fronteiras entre os sexos fossem borradas, o que era ilustrado pela adoção de um comportamento sexual considerado inadequado, como a manifestação do desejo sexual pelo mesmo sexo.

A investigação sobre os saberes em torno da sexualidade tem enfatizado, mais recentemente, essa instabilidade das categorias relativas ao sexo, e não somente ao gênero, e posto em relevo a constatação de que até mesmo a concepção de natureza em jogo é problemática. É exatamente por isso que esses antigos saberes tanto se esforçaram por traçar os limites da diferença (Matus, 1995; Rohden, 2001, 2003b).

Conclusão

Como foi possível perceber, a partir da década de 1980, se conforma um fértil

campo de estudos em torno da sexualidade. A congregação de uma série de influências distintas e o avanço na adoção de perspectivas mais interdisciplinares caracterizam essa produção, que se centra na definição da sexualidade no mundo moderno. Saberes científicos, como a psicanálise, a sexologia e a ginecologia, têm sido investigados como catalisadores das novas apreensões em torno do sexo, que passam a ter lugar nos séculos XIX e XX. A característica mais marcante, apontada pelos estudos recentes, certamente diz respeito à forte ênfase desses saberes na diferenciação entre os sexos.

Sem dúvida, essa produção impõe um grande desafio analítico para as ciências sociais. Trata-se de compreender as razões e as implicações de uma preocupação generalizada, localizada mais precisamente em um determinado contexto histórico, com a determinação da diferença. O que os estudos focados na sexualidade têm mostrado é que, mais do que se referirem a um tema marginal, restrito à vida privada, aos segredos individuais, revelam algo sobre a própria natureza da sociedade em questão. A verdadeira obsessão com a firme delimitação das fronteiras entre os sexos aponta para uma preocupação mais geral com a regulação dos comportamentos por meio do uso de categorias tidas como naturais, reveladas nos fatos da natureza. Ainda hoje, a cada momento, surgem novas tentativas de reordenação e reclassificação das diferenças, não apenas entre os sexos, baseadas em sofisticadas descobertas científicas. A grande tarefa talvez seja, na esteira dos estudos que têm relativizado e historicizado as concepções tradicionais em torno da sexualidade, problematizar esses novos saberes emergentes, revelando as dimensões políticas em jogo.

Notas

- 1 Aqui está em cena o debate em torno da chamada “história das mulheres” ou de uma história que assuma radicalmente a perspectiva relacional implicada nos estudos de gênero. Ver Scott (1988), Perrot (1988, 1989, 1995), Tilly (1994), Varikas (1994) e Dias (1994).
- 2 Diferenças sexuais mais explícitas, como o tamanho da genitália, também eram usadas para comparação. Analisando a iconografia da sexualidade feminina na arte, medicina e literatura no final do século XIX, Gilman (1985) demonstra como a sexualidade dos negros, e especialmente das mulheres, era percebida como desviante. Comprovariam-se as diferenças raciais por um lado, e a inferioridade feminina por outro.
- 3 Ao estudar a literatura médica da Renascença, Berriot-Salvadore (1993, pp. 1-3) também aponta a presença de um modelo de representação da mulher como destinada aos papéis de mãe e esposa a partir de uma ordem inscrita na natureza. Embora a ginecologia vá sistematizar esse modelo de uma forma jamais vista, pode-se dizer que as bases para um pensamento médico, que assenta a hierarquia social dos sexos em uma lei biológica, já estavam dadas. Sobre a definição da sexualidade feminina a partir da natureza, no século XVIII, ver também Steinbrügge (1995).
- 4 Para um panorama geral dos movimentos feministas no século XIX, ver Käppeli (1993).
- 5 Gay (1984) situa esse movimento de “reação” contra a emancipação feminina devido à ameaça que ela representava no contexto de uma ordem burguesa que se estabelecia mostrando como as mulheres que reivindicavam direitos eram apontadas como “espécies híbridas”, “não-sexuadas”, “mulheres-homens”, “degeneradas” ou, então, descritas como incapazes de conseguir um marido e manter uma família, além de vampiras ou assassinas. Mosse (1997) trata da importância da construção da respeitabilidade enquanto um valor que distinguiria a burguesia e que vai também servir ao nacionalismo. A partir dessa noção central, o autor mostra como toda forma de sexualidade que não fosse útil ou adequada aos projetos nacionais era condenada. Esse pensamento se aplicava, por exemplo, no caso da Alemanha, aos negros, judeus, homossexuais ou estéreis. Sobre isto e o movimento de reforma sexual, empreendido entre 1920 e 1950, ver também Grossmann (1995). Haller Jr. e Haller (1995) relatam como os médicos norte-americanos associavam a nova mobilidade feminina a variadas doenças, especialmente a neurastenia. Buciglucksmann (1986) chama a atenção para o fato de que, no século XIX, o feminino frequentemente aparecia como alegoria do moderno, associado a mudanças como a entrada da mulher no mercado de trabalho, a presença dos movimentos feministas e a uma redefinição das relações de gênero. A autora enfatiza que essa modernidade associada ao feminino era pensada tanto como progresso quanto como catástrofe. Já Vertinsky (1990) argumenta, com relação aos exercícios físicos, que também prevalecia a crença médica de que as características biológicas impediriam as mulheres de fazer determinados esforços. Mais uma vez, evocava-se a incompatibilidade entre o desenvolvimento de uma aptidão, desnecessária à maternidade e ao casamento, e o bom funcionamento dos órgãos genitais e da função reprodutiva. Ainda especificamente sobre a maternidade e o mito do eterno

feminino no contexto político da França da primeira metade do século XX, vale recorrer ao trabalho de Muel-Dreyfus (1996).

- 6 Ver também Léonard (1980), Veyne (1995), O'Brien (1995) e Hunt (1995a, 1995b).
- 7 Para uma apresentação geral, ver Harding (1986), Harding e O'Barr (1987), Bleier (1991) e Schiebinger (2001). Uma série de trabalhos interessantes tem mostrado como a ciência, "natural" ou "social", incorpora valores e preconceitos, sobretudo relativos ao gênero, naquilo que oferece como produto de observações científicas "neutras" e "objetivas". Schiebinger (1994) mostra como a noção de "mamífero" aplicada à espécie humana é produzida em um contexto de exaltação da natalidade e do aleitamento. Fausto-Sterling (1992) afirma que, seja privilegiando os hormônios na passagem do século XIX para o XX, seja enfatizando o cérebro, a ciência natural tem sempre buscado as bases científicas que definiriam as diferenças entre homens e mulheres, desprezando como os papéis sociais e políticos interferem em suas descobertas. Hubbard (1990) segue a mesma linha de análise, mostrando os constrangimentos sociais e políticos que afetam a produção científica. Haraway (1978) discute o problema a partir das pesquisas realizadas com primatas. E Martin (1991) relata como mesmo no estudo dos gametas, os estereótipos referentes ao que seja masculino e feminino estão presentes.
- 8 Para uma discussão dessa hipótese, ver Rohden (2001, 2003b).
- 9 Sobre a constituição da sífilografia e o impacto do estudo das doenças venéreas no Brasil, ver Carrara (1996).
- 10 É importante lembrar que uma preocupação com a questão da população e todo o seu impacto político e econômico freqüentemente operava de maneira central na definição das conseqüências relacionadas às perturbações associadas à sexualidade e à reprodução (Rohden, 2003a).

Bibliografia

- BERRIOT-SALVADORE, Evelyne. (1993), *Un corps, un destin*. Paris, Honoré Champion Ed.
- BLEIER, Ruth (ed.). (1991 [1986]), *Feminist approaches to science*. New York, Teachers College Press.
- BUCI-GLUCKSMANN, Christine. (1986), "Catastrophic utopia: the feminine as allegory of the modern". *Representations*, 14: 220-29.
- CARRARA, Sérgio L. (1996), *Tributo a Vênus. A luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40*. Rio de Janeiro, Fiocruz.
- DIAS, Maria Odila da S. (1994), "Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças". *Estudos Feministas*, 2 (2): 373-82.
- FAUSTO-STERLING, Anne. (1992 [1985]), *Myths of gender. Biological theories about women and men*. New York, Basic Books.

- FÄY-SALLOIS, Fanny. (1997 [1980]), *Les nourrices à Paris au XIXème siècle*. Paris, Payot.
- FOUCAULT, Michel. (1988), *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro, Graal.
- _____. (1994), *Dits et écrits (1954-1988)*. Paris, Gallimard.
- GAY, Peter. (1984), *Education of the senses*. New York/Oxford, Oxford University Press.
- GÉLIS, Jacques. (1984), *L'arbre et le fruit. La naissance dans l'Occident moderne, XVIème-XIXème siècles*. Paris, Fayard.
- GILMAN, Sander L. (1985), "Black bodies, white bodies: toward an iconography of female sexuality in late nineteenth-century art, medicine, and literature". *Critical Inquiry*, 12: 204-42.
- GROSSMANN, Atina. (1995), *Reforming sex: the German movement for birth control and abortion reform (1920-1950)*. Oxford, Oxford University Press.
- HALLER JR., John S. & HALLER, Robin M. (1995 [1974]), *The physician and sexuality in Victorian America*. Urbana, Southern Illinois University Press.
- HARAWAY, Donna. (1978), "Animal sociology and a natural economy of the body politic". *Signs*, 4 (1): 21-60.
- HARDING, Sandra & O'BARR, Jean F. (1987 [1975]), *Sex and scientific inquiry*. Chicago, The University of Chicago Press.
- HARDING, Sandra. (1986), *The science question in feminism*. Ithaca, Cornell University Press.
- HUBBARD, Ruth. (1990), *The politics of women's biology*. New Brunswick/New Jersey, Rutgers University Press.
- HUNT, Lynn (org.). (1995a), *A nova história cultural*. São Paulo, Martins Fontes.
- HUNT, Lynn. (1995b), "Apresentação: história, cultura e texto", in L. Hunt (org.), *A nova história cultural*, São Paulo, Martins Fontes, pp. 1-29.
- JORDANOVA, Ludmilla. (1989), *Sexual visions, images of gender in science and medicine between the eighteenth and twentieth centuries*. London, Harvester Wheatsheaf.
- KÄPPELI, Anne-Marie. (1993), "Escenarios del feminismo", in G. Duby & M. Perrot (eds.), *Historia de las mujeres en Occidente*, Madrid, Taurus.
- KENT, Susan K. (1990 [1987]), *Sex and suffrage in Britain (1860-1914)*. London, Routledge.
- KNIBIEHLER, Yvonne & FOUQUET, Catherine. (1983), *La femmes et les médecins*. Paris, Hachette.
- LAGET, Mireille. (1982), *Naissances. L'accouchement avant l'âge de la clinique*. Paris, Seuil.
- LAQUEUR, Thomas. (1992 [1990]), *Making sex: body and gender from the greeks to Freud*. Cambridge, Harvard University Press.

- LÉONARD, Jacques. (1980), "L'historien et le philosophe. A propos de: Surveiller et punir; naissance de la prison", in M. Perrot (org.) *L'impossible prison: recherches sur le système pénitenciaire au XIX siècle. Débat avec Michel Foucault*, Paris, Seuil, pp. 9-28.
- MARTIN, Emily. (1991), "The egg and the sperm: how science has constructed a romance based on stereotypical male-female roles". *Signs*, 16 (3): 485-501.
- _____. (1992 [1987]), *The woman in the body. A cultural analysis of reproduction*. Boston, Beacon Press.
- MATUS, Jill L. (1995), *Unstable bodies: victorian representations of sexuality and maternity*. Manchester, Manchester University Press.
- MAUSS, Marcel. (1974 [1923-1924]), "Ensaio sobre a dádiva. Forma e Razão da troca nas sociedades primitivas". *Sociologia e Antropologia*, vol. 2, São Paulo, EPU/Edusp, pp. 37-127.
- MOSCUCCI, Ornella. (1996 [1990]), *The science of woman: gynecology and gender in England (1800-1929)*. Cambridge, Cambridge University Press.
- MOSSE, G. L. (1997), *L'image de l'homme. L'invention de la virilité moderne*. Paris, Abbeville.
- MUEL-DREYFUS, Francine. (1996), *Vichy et l'éternel féminin. Contribution à une sociologie politique de l'ordre des corps*. Paris, Seuil.
- O'BRIEN, Patricia. (1995), "A história da cultura de Michel Foucault", in L. Hunt (org.), *A nova história cultural*, São Paulo, Martins Fontes, pp. 33-62.
- PERROT, Michelle. (1989), "Práticas da memória feminina". *Revista Brasileira de História*, 18: 9-18.
- _____. (1988), *Os excluídos da história. Operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- _____. (1995), "Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência". *Cadernos Pagu*, 4: 9-28.
- ROHDEN, Fabíola. (2003a), *A arte de enganar a natureza: contracepção, aborto e infanticídio na primeira metade do século XX*. Rio de Janeiro, Fiocruz (Coleção História e Saúde no Brasil).
- _____. (2003b) "A construção da diferença sexual na medicina". *Cadernos de Saúde Pública*. 19 (2): 201-12. Rio de Janeiro, Fiocruz.
- _____. (2001), *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro, Fiocruz.
- RUSSETT, Cynthia E. (1995 [1989]), *Sexual science. The victorian construction of womanhood*. Cambridge, Harvard University Press.
- SCHIEBINGER, Londa. (1987), "Skeletons in the closet: the first illustrations of the female skeleton in eighteenth-century anatomy", in C. Gallagher (ed.), *Making of the modern body*, Berkeley, University of California Press.

- _____. (1994), "Mammals, primatology and sexology", in R. Porter & M. Teich (eds.), *Sexual knowledge, sexual science. A history of attitudes to sexuality*, Cambridge, Cambridge University Press.
- _____. (2001 [1999]), *O feminismo mudou a ciência?* Bauru, Edusc.
- SCOTT, Joan W. (1988), *Gender and the politics of history*. New York, Columbia University Press.
- STEINBRÜGGE, Liselotte. (1995), *The moral sex. Women's nature in the French Enlightenment*. Oxford, Oxford University Press.
- THÉBAUD, Françoise. (1986), *Quand nos grand-mères donnaient la vie. La maternité en France dans l'entre-deux-guerres*. Paris, Presses Universitaires de Lyon.
- TILLY, Louise A. (1994), "Gênero, história das mulheres e história social". *Cadernos Pagu*, 3: 29-62.
- VARIKAS, Eleni. (1994), "Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott". *Cadernos Pagu*, 3: 63-84.
- VERTINSKY, Patricia. (1990), *The eternally wounded woman: women, doctors and exercise in the late nineteenth-century*. Manchester, Manchester University Press.
- VEYNE, Paul. (1995), "Foucault revoluciona a história", in P. Veyne, *Como se escreve a história*, Brasília, Ed. da UnB.
- WEEKS, Jeffrey. (1999), "O corpo e a sexualidade", in G. L. Louro, *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*, Belo Horizonte, Autêntica, pp. 35-82.

Resumo

A Constituição dos Saberes sobre a Sexualidade em Diferentes Perspectivas de Análise

Nas últimas décadas, temos assistido ao surgimento de uma produção mais significativa em torno da sexualidade nas ciências humanas. Especialmente a antropologia e a história têm se dedicado mais assiduamente ao estudo dos saberes centrados na sexualidade, constituídos a partir do final do século XIX. Dentre esses saberes destacam-se os exemplos da psicanálise, sexologia e ginecologia e o papel central das teorias médicas. Embora a produção bibliográfica tenha muitas características em comum, uma análise crítica mais cuidadosa permite distinguir objetivos e perspectivas diferenciados. Destacam-se duas linhas mais importantes que são analisadas em função do lugar dado à sexualidade e à noção de diferença sexual para o entendimento da sociedade moderna.

Palavras-chave: História da Sexualidade; Diferença Sexual; Ginecologia; Sexologia; Psicanálise.

Résumé

La formation du savoir sur la sexualité suivant différentes perspectives d'analyse

Au cours des dernières décennies, nous avons témoigné le développement d'une importante production par rapport à la sexualité dans les sciences humaines. L'histoire et l'anthropologie se sont particulièrement dédiées, de façon constante, à l'étude des connaissances centrées sur la sexualité constituées à partir de la fin du XIX^e siècle. Parmi ces connaissances, quelques exemples ressortent, tels ceux de la psychanalyse, de la sexologie, de la gynécologie ainsi que le rôle central des théories médicales. Bien que la production bibliographique possède plusieurs caractéristiques communes, une analyse critique attentive permet de distinguer des objectifs et des perspectives différenciées. Deux lignes plus importantes se distinguent et sont analysées en fonction de la place accordée à la sexualité et à la notion de différence sexuelle pour la compréhension de la société moderne.

Mots-clés: Histoire de la sexualité ; différence sexuelle ; gynécologie ; sexologie ; psychanalyse.

Abstract

The Constitution of Knowledge on Sexuality from Different Analytical Perspectives

During the past decades we have witnessed the emergence of a significant production on sexuality from the standpoint of the human sciences. Especially anthropology and history have focused more often on the studies of sexuality sciences whose constitution began in the end of the nineteenth century. Among these sciences are the psychoanalysis, sexology and gynecology and the central role of the medical theories. Although bibliography on these areas shows many common characteristics, a critical analysis may allow us to distinguish different objectives and perspectives. Two important lines are highlighted. Those are analyzed taking into account the place given to sexuality and the meaning of sexual difference for the understanding of modern society.

Keywords: History of sexuality; Sexual difference; Gynecology; Sexology; Psychoanalysis